

EDITORIAL – DA EUROPA, FRANÇA, BAHIA A GAZA BRASÍLIS

Os Cadernos do CEAS, neste editorial, se solidarizam com os povos palestino e negro-periférico de Salvador e de todo país, que guardada as devidas proporções, sofrem com a violência em seus territórios. Como protesto contra as atrocidades perpetradas há 70 anos contra os moradores multisseculares de Gaza e da Cisjordânia, publicamos a firme denúncia de Craig Mokhiber, feita em sua carta de demissão do cargo de diretor do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos em Nova York.

Para esse importante defensor dos Direitos Humanos, que renunciou ao cargo na ONU em razão da omissão e impotência desta frente ao genocídio, “o atual massacre do povo palestino, está enraizado numa ideologia colonial étnico-nacionalista”, e representa a continuidade de “décadas de perseguição e limpeza étnica sistemáticas”. As intenções explícitas do “governo e dos líderes militares israelitas”, não deixam dúvidas. “Em Gaza, casas, escolas, igrejas, mesquitas e instalações médicas estão a ser atacadas desenfreadamente e milhares de civis estão a ser massacrados.” Mesmo em “Jerusalém ocupada, as casas são confiscadas e realocadas apenas com base na raça... O apartheid reina em todo o país.”

Atentos ao cenário mundial, mas com os olhos e pés em solo nacional, repercutimos a indignação da sociedade civil baiana contra a escalada da violência no rastro da chamada “guerra às drogas”, cujas vítimas são milhares de famílias negras enlutadas dos bairros pobres de Salvador, Rio, São Paulo e de muitas capitais e cidades deste país, onde também as comunidades rurais tem sido vítimas de agressões aos seus direitos e mortes em áreas afetadas pelo crescimento da grilagem, mineração e do agronegócio.

Em sua Carta à Sociedade Civil e ao Estado, diversas e representativas entidades afirmam que a “Bahia ocupou o primeiro lugar no *ranking* de letalidade policial em 2022, quando apenas uma vítima das 299 pessoas mortas pela polícia era branca”. E pergunta: “até quando o racismo orientará as práticas de ‘segurança pública?’” E seguem



questionando: “se as drogas estão em todos os espaços, inclusive nos bairros de classe média e alta, porque somente os territórios negros são os alvos dessas operações repressivas, que [na Bahia] somaram 380 mortes, entre janeiro e novembro de 2023?”

Ante a tais cenários, só a poesia e a arte podem nos trazer algum alento. Por isso, permita-nos, Drummond, o “Sacrilégio” que segue:

É que nossos olhos seguem sonhando exotismos,
com a cabeça em Paris ou Jerusalém,
pensando na torre Eiffel e suas antenas,
que mais parecem caranguejos da baía de Todos-os-Santos,
com seus cais poluídos e mariscos contaminados.
Os cais de lá *bolorentos de livros judeus*, os de cá de sionistas tupiniquins.
Da água suja do Sena e dos olhos ingleses vigilantes
escorreram esperteza, dividindo o que restou dos turco-otomanos,
a bem de petróleo, bancos, fábricas, trustes, escusos interesses.
E a lua de Londres, sem remorso, prometera um lar a judeus e palestinos.
Aos preteridos, porta-aviões retalham mares vencidos,
Vermelho, Mediterrâneo ou Morto, tanto faz.
O que importa são os novos homens de cabeça rachada,
racharem as cabeças, hospitais e residências de palestinos de cá e de lá.
Meus olhos brasileiros se enjoam das guerras do Norte.
Interessa também as guerras de cá,
contra negros palestinos da Gaza brasílis.
Não há mais santidade ou Terra Santa,
nem as corres vivas da Rússia,
Ainda que réstias e restos de um brilho esquisito nos olhos esperanceiam.
Chega!
Meus olhos brasileiros se fecham saudosos.
Minha boca procura a “Canção do Exílio”.
Como era mesmo a “Canção do Exílio”?
Eu tão esquecido de minha terra...
Ai terra que tem palmeiras
onde canta o sabiá!
Mas as balas que aqui ricocheteiam, também matam como lá.¹

É nessa conjuntura, marcada pela completa desumanização do outro no genocídio levado a cabo pelo Estado sionista de Israel, com firme apoio dos EUA e de países europeus, que a equipe de editores dos Cadernos do CEAS finaliza as edições de 2023.

¹ Diálogo intertextual com o poema “Europa, França e Bahia” de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). Da obra *Nova reunião: 23 livros de poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Os textos que compõem esta edição discutem e problematizam diversas políticas públicas relevantes no combate à pobreza e às desigualdades sociais.

O número 248 abre com o artigo “Assistência social, legitimidade e mercado, nos programas de transferência de renda (PTRS): notas analíticas e teóricas”, uma contribuição de Anete Ivo, pesquisadora com histórica participação nos debates nacionais e internacionais sobre as políticas de transferência de renda. Trata-se de análise de caráter teórico e conceitual, na qual a autora analisa o processo de legitimidade desse tipo de política, destacando a formação de amplo consenso quanto ao enfrentamento da pobreza e a eficácia da focalização desse tipo de programa, como o Bolsa Família, no caso brasileiro, mundialmente reconhecido como bem-sucedido. A autora avança ainda na análise crítica do programa, avaliando a sua repercussão sobre a subjetividade política das mulheres por ele beneficiadas.

O texto “A função basilar da reciprocidade na Economia Solidária”, de Luiz Inácio Gaiger, de caráter teórico, conceitual e crítico, contribui para o debate sobre o tema da economia solidária, com a recuperação e autores clássicos como Polanyi e Mauss para destacar a relevância da reciprocidade na dinâmica dos empreendimentos de Economia Solidária, na contramão do discurso neoliberal sobre o empreendedorismo, focado nos indivíduos e no mercado.

A pauta do gênero é trabalhada por Andrea Dorea Mascarenhas no artigo “A transversalidade do gênero nos estudos e investimentos do Banco Mundial no Brasil: uma análise crítica (2010-2021)”, no qual a autora analisa relatórios do Banco Mundial buscando avaliar em que medida a pauta de gênero, impulsionada pelos movimentos feministas e tem ressonância nas políticas e investimentos do Banco Mundial no Brasil, no período considerado.

Dois artigos trazem contribuições para a discussão de políticas no campo da educação. “Fracasso ou injustiça escolar? Das impossibilidades do aluno à compreensão do fenômeno”, de Tatiana das Chagas Bezerra Mendes e Clóvis Trezzi e “Para uma perspectiva contra-hegemônica dos direitos humanos de adolescentes: reflexões a partir da doutrina de proteção integral e do sistema socioeducativo brasileiro” de Ruan Didier Bruzaca, Greycianne Mendes Costa e Sâmella Conceição Vale Silva Guimarães. No primeiro, os autores questionam o uso do termo fracasso escolar na avaliação dos baixos índices de

aprendizagem na escola brasileira, por implicitamente atribuir aos estudantes a culpa pelo próprio fracasso, deixando de destacar as responsabilidades da escola e da própria sociedade, nas quais encontram a raiz dos baixos índices de aprendizagem na escola pública e mesmo nas privadas brasileiras. Com base em uma revisão bibliográfica, os autores ressaltam diversos fatores que contribuem para o fenômeno estudado, além da desigualdade estrutural da sociedade brasileira e da pobreza das famílias. No segundo artigo, o foco se desloca para a situação dos adolescentes autores de atos infracionais em cumprimento de medida socioeducativa, investigando em que medida os dispositivos legais vigentes estão assegurando a proteção integral e os direitos humanos desses adolescentes no Brasil.

O artigo “Elite gestora da cultura nos governos estaduais (2019-2022)”, de Alexandre Almeida Barbalho trata da política cultural, no qual o autor traça um perfil dos gestores da política cultural de 26 estados durante o período de Jair Bolsonaro, quando, na esfera federal, a cultura foi deixada em segundo plano na distribuição dos recursos e seus principais órgãos e programas, entregues a gestores sem experiência e reconhecimento na área. Nesse contexto, a gestão da área dependeu da posição política dos governadores, mais ou menos alinhados com o governo federal.

Por fim, com o artigo de David Gonçalves Borges “A influência de empresas transnacionais sobre a dinâmica social e agrária no sudoeste do estado do Piauí, Brasil”, o Cadernos do CEAS traz mais uma contribuição para o debate sobre o avanço mais recente do capitalismo no campo brasileiro (MATOPIBA) e suas repercussões sobre a questão agrária, a sociedade, a economia e o meio ambiente das regiões afetadas. A pesquisa do autor focaliza o estado do Piauí, um dos mais pobres do país, e a ação das empresas multinacionais.

Joaci de S. Cunha,
Ângela Borges,
Coeditores.